

Belo Horizonte, 25 de julho de 2024

**Relatório de Revogação de Licitação – Licitação CAIXA nº. 0176/2024**  
**Processo nº. 5688.01.0843.0/2024**  
**SICLG: nº 62528**  
**ID Plano de Aquisições: 2127/2024**

## **1 SÍNTESE DA MATÉRIA**

- 1.1 Trata a presente de análise dos fatos ocorridos na LC 176/2024 proposição proveniente da CEINF, por meio da CI REINF 069/2024 assinada em 07/06/2024, assim como em seus complementos, cadastrados no SICLG e autorização para sua revogação, o qual foi suspenso para análise de 2 (dois) pedidos de impugnação e se encontra com o mesmo status até a presente data.
- 1.2 Para tanto, relataremos a seguir, os procedimentos adotados na licitação em questão, até o momento do pedido de cancelamento da demanda pelo Gestor Operacional em 23/07/2024.

## **2 OBJETO LICITADO**

- 2.1 Contratação de registro de preços para fornecimento de baterias estacionárias para unidades da Caixa, localizadas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins pelo prazo de 12 (doze) meses, ao valor estimado de R\$ R\$ 1.192.033,19.

## **3 AUTORIZAÇÃO PARA DEFLAGRAÇÃO DA LICITAÇÃO**

- 3.1 A licitação foi realizada na modalidade Licitação CAIXA, recebeu o nº 0176/2024 e foi devidamente autorizada pelo colegiado de Coordenadores de Centralizadora por meio da Resolução do Colegiado nº 14267/2024, com base na CI CECOT 0710/2024, acostadas ao processo administrativo.

## **4 RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

- 4.1 Por se tratar de registro de preços, não há pré-comprometimento orçamentário. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária no item de acompanhamento orçamentário nº 5303-04, evento 00352.

## **5 ELABORAÇÃO/APROVAÇÃO DO EDITAL**

- 5.1 Foram adotadas as minutas de edital “LC\_RP\_SERVICOS\_JAN2024\_V04”, aprovada pela NJ GEAJU 5833696/2024 e o “Edital-padrão-RP SCECONTRATACAOSIMULTANEA” aprovada pela NJ GEAJU 5821371/2024.
- 5.2 A versão definitiva do edital e Ata de Registro de Preços, assinadas pela licitadora, encontram-se acostadas aos autos do processo administrativo.

## **6 PUBLICIDADE DO EDITAL**

- 6.1 A licitação teve seu aviso publicado no Diário Oficial da União, página 131 da Seção 3, e divulgado na internet no site da CAIXA, ambos no dia 19 de junho de 2024, com

fundamento no art. 39 da Lei 13.303/2016 e no art. 22 do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC.

## **7 QUESTIONAMENTOS/IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**

7.1 Houve três questionamentos:

Questionamento 01: A empresa SECPOWER COML IMPA EXPA LTDA questionou sobre a formação do preço, pois considerou que a estimativa não refletia o preço de mercado.

Questionamento 02: A empresa SECPOWER COML IMPA EXPA LTDA solicitou o Estudo Preliminar para a contratação e solicitou informações sobre a composição dos preços e sobre possibilidade de alteração dos preços.

Questionamento 03: A empresa ACUMULADORES MOURA S A questionou sobre a responsabilidade do descarte adequado, em consonância com a Resolução Conama nº 401 e sobre o CNPJ a ser considerado como contratante.

7.1.2 Os questionamentos foram respondidos e devidamente inseridos no portal de compras e apensados ao processo administrativo.

7.2 Houve duas impugnações:

Impugnação 01: Acumuladores Moura S/A: Alteração do "item 4" do Termo de Referência para a dilação do prazo mínimo de entrega dos materiais, passando a ser 60 (sessenta) dias contando do início da vigência do contrato.

Impugnação 02: SEC POWER Comercial, Importadora e Exportadora LTDA: Alteração do Anexo II-A apenso ao Edital, com a alteração dos valores dos produtos, para contemplar, pelo menos, a atualização dos valores com relação a ata vigente, observando variação do dólar, aumento do valor do chumbo (matéria prima) e do frete internacional, em comparação de 2023 a 2024.

7.2.1 O gestor técnico entendeu que as alegações apresentadas nos pedidos de impugnação eram procedentes e solicitou a devolução da demanda no SICLG para ajuste do prazo de entrega e do método de precificação.

7.2.2 Esta CECOT realizou a devolução da demanda, conforme solicitado, e o gestor técnico procedeu à inclusão da documentação revisada no SICLG, com novo método de precificação, bem como atualizando toda a documentação da demanda com novos valores e justificativas, ratificando que os preços revisados continuam de acordo com o mercado, motivo pelo qual entendemos que a proposição mais adequada seja a de submeter novamente para autorização/ratificação do colegiado, os novos valores corrigidos, e uma vez autorizados, procedermos a retificação do edital e a continuidade do certame.

7.2.3 Em 16/07/2024, foi realizada reunião técnica e ficou estabelecido o cancelamento das instruções de RP de baterias das Licitação Caixa nº 176/2024 (estados da região norte), 178/2024 (estados da região sul) e 197/2024 (estados da região centro oeste) em razão da necessidade de ajustes na precificação e padronização das demandas de mesmo objeto pela unidade demandante.

## 8 DA SOLICITAÇÃO

- 8.1 Ante ao exposto no item 2.6 deste RT, o gestor técnico formalizou a solicitação pelo cancelamento das licitações em 23/07/2024, conforme abaixo:

“À  
CECOT

Senhores

1 Encaminhamos pedido de cancelamento das instruções de RP de baterias das Licitação Caixa nº 176/2024 (estados da região norte), 178/2024 (estados da região sul) e 197/2024 (estados da região centro oeste), conforme acordado na reunião com a CECOT em 16/07/2024.

2 Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Karina Engrazia  
Assistente Pleno  
CELOG – CN LOGÍSTICA E GESTÃO DE IMÓVEIS

Carlos Matos Pacheco  
Gerente de Centralizadora  
CELOG – CN LOGÍSTICA E GESTÃO DE IMÓVEIS”

## 9 DAS CONSIDERAÇÕES DO LICITADOR E DO MÉRITO A SER ANALISADO:

- 9.1 Cabe ressaltar que o procedimento de revogação está previsto na Lei 13.303/2016:

“Art. 62. Além das hipóteses previstas no § 3º do art. 57 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 75 desta Lei, quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.”

- 9.2 Neste contexto, destacam-se as palavras de Edgar Guimarães e José Anacleto Abduch Santos em seu livro “Lei das Estatais – comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei 13.303/2016”, da Editora Fórum, afirmam que “revogar ou anular ato ou conduta administrativa é uma das prerrogativas ou deveres-poderes da Administração Pública, de muito confirmadas pelo Supremo Tribunal Federal pela Súmula nº 473:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

- 9.3 Desta forma, resta a Administração Pública utilizar o instituto da revogação, neste caso, a fim de rever os seus atos e consequentemente garantir os fins a que se destina o processo licitatório.

**10 DA CONCLUSÃO E DO ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À AUTORIDADE SUPERIOR PARA JULGAMENTO**

- 10.1 Ante ao exposto, e destacando que foram obedecidos todos os pressupostos para a revogação do presente processo licitatório, e para salvaguardar os interesses da Administração, recomenda-se a revogação do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito supramencionados, consubstanciando-se nos termos do artigo 62 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 10.2 Cabe destacar conforme LICO 0983/2024, no qual a GECOT esclareceu que para os casos em que a licitação não teve a fase de lances a licitação poderá ser revogada sem a necessidade de abertura de prazo de contraditório.

**11 AUTORIDADE COMPETENTE PARA ANULAR O PROCEDIMENTO**

- 11.1 Nos termos do MN AD 069, subitem 3.10.4, é competente para revogar o procedimento licitatório o Coordenador de Centralizadora da CECOT.
- 11.2 Pelo acima relatado, submetemos o presente à consideração de V. S<sup>a</sup> opinando pela anulação da Licitação CAIXA nº 176/2024, cujo objeto é a contratação de registro de preços para fornecimento de baterias estacionárias para unidades da Caixa, localizadas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Atenciosamente

ERIKA DE OLIVEIRA BUCHMEIER  
Assistente/Licitadora  
CN Contratações

1. À luz das justificativas apresentadas pela licitadora no presente RT CECOT 0326/2024, destinado à apreciação do Pedido de Revogação apresentado na Licitação CAIXA 176/2024, considerando a observância dos princípios norteadores das licitações e os procedimentos em conformidade com a legislação pertinente, ratifico e aprovo a revogação deste certame.
2. Devolvo os autos do processo para que sejam adotados os procedimentos pertinentes, dando-se ciência da decisão aos interessados e demais procedimentos subsequentes de continuidade do processo de revogação.

RENATO MAYRINK BRAGA  
Coordenador de Centralizadora  
CN Contratações